

Ângelo Fernando Facciolli

CRIME ORGANIZADO

**Origens, Desenvolvimento e
Reflexos Jurídicos**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-7679-3



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Faccioli, Ângelo Fernando.

F138 Crime organizado: origens, desenvolvimento
e reflexos jurídicos./ Ângelo Fernando Faccioli./
Curitiba: Juruá, 2018.

576p.

1118518

1. Crime e criminosos. 2. Crime organizado.
I. Título.

CDD 364.106 (22.ed)
CDU 343.232

000036

SUMÁRIO

LISTA DE DESENHOS, ESQUEMAS E TABELAS.....	15
1 – INTRODUÇÃO AO TEMA	17
2 – DEFINIÇÕES, VISÃO DO CRIME (CRIMINOSOS) PELAS LEIS SA-GRADAS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO TERRITÓRIO BRA-SILEIRO.....	21
2.1 DEFINIÇÕES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	21
2.2 CRIMINOSOS: COMO SÃO VISTOS PELAS PRINCIPAIS LEIS SA-GRADAS	24
2.2.1 No Código de Hamurabi.....	24
2.2.2 Na Bíblia Sagrada.....	25
2.2.3 No Alcorão	26
2.2.4 No Código de Manu	27
2.2.5 Na Visão Espírita.....	28
2.2.6 Autovisão pelas Estruturas Delinquentes Organizadas no Brasil.....	29
2.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CRIME ORGANIZADO.....	31
2.3.1 Generalidades	31
2.3.2 Da Organização	34
2.3.3 Estrutura Hierarquizada de Comando e Controle (C ²).....	35
2.3.4 Da Disciplina.....	37
2.3.5 Da Gestão Empresarial	39
2.3.6 Do Planejamento Estratégico.....	42
2.3.7 O Paralelismo	45
2.3.8 Da Coletividade	47
2.3.9 Da Corrupção.....	50
2.3.10 Da Lavagem de Bens e Capitais	52
2.3.11 O Lucro.....	53
2.3.12 Desintegração das Estruturas Sociais.....	55
2.3.13 Da Simbologia	56
2.4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA: CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA NO BRASIL	59
2.5 CLASSIFICAÇÕES (CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO) DAS ATI-VIDADES CRIMINOSAS	73
2.5.1 Generalidades	73
2.5.2 De acordo com a Natureza dos Delitos Praticados	74

2.5.3	Critério que Avalia o Nível de Infiltração Social.....	76
2.5.4	Critério da Localização Territorial e da Atividade Empresarial.....	76
2.5.5	Critério da Atuação Criminosa e os Fins Perseguidos	77
2.5.6	Critério da Horizontalidade e Verticalidade das Organizações.....	78

3 –	CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL.....	81
3.1	GENERALIDADES.....	81
3.2	CRIME ORGANIZADO E AS NAÇÕES UNIDAS.....	85
3.2.1	Convenções contra a Criminalidade Transnacional	87
3.2.1.1	A Convenção de Palermo e seus protocolos adicionais.....	87
3.2.1.1.1	Introdução.....	87
3.2.1.1.2	A convenção propriamente dita	89
3.2.1.1.3	Protocolo relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças	93
3.2.1.1.3.1	Do tráfico de pessoas no Brasil.....	101
3.2.1.1.3.2	Do tráfico de crianças no Brasil	104
3.2.1.1.4	Protocolo relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea	107
3.2.1.1.5	Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças, componentes e munições.....	110
3.2.1.2	Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos da criança referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantis	113
3.3	PARCERIAS INTERNACIONAIS DAS NAÇÕES UNIDAS.....	115
3.3.1	Interpol.....	115
3.3.2	GAFI.....	116
3.4	CRIME ORGANIZADO E A OS TRATADOS REGIONAIS	119
3.4.1	Origens.....	119
3.4.2	Principais Tratados e Acordos Internacionais no Âmbito dos Estados Americanos – OEA.....	122
3.4.2.1	Generalidades.....	122
3.4.2.2	Da Convenção Interamericana contra a Corrupção	125
3.4.2.3	Do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional	127
3.4.2.4	Da Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores.....	128
3.4.2.5	Da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	130
3.4.2.6	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas (CIFTA)	132
3.4.2.7	Plano hemisférico contra o tráfico de pessoas	134

3.5	TRATADOS, ACORDOS E ESTRUTURAS PARA O ENFRENTAMENTO DO CRIME ORGANIZADO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE LATINA DE NAÇÕES E NO MERCOSUL	140
3.5.1	Generalidades	140
3.5.2	Do Tráfico de Pessoas no Mercosul.....	142
3.5.3	Mandado Regional de Captura	143
3.5.4	Do Centro de Coordenação e Capacitação Policial do Mercosul – CCCP/Mercosul.....	145
3.5.5	Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul – SISME.....	146
4 –	CRIME ORGANIZADO, DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	149
4.1	CRIME ORGANIZADO E OS DIREITOS HUMANOS	149
4.1.1	Fundamentos.....	149
4.1.2	Direitos Humanos e o Estado de Exceção	155
4.1.3	Direitos Humanos e as Leis Penais.....	158
4.1.4	Organizações Criminosas: Influências na Concepção dos Direitos Humanos.....	161
4.2	O CRIME ORGANIZADO E PONTOS DE CONTATO COM O DIH	163
4.2.1	Fundamentos.....	163
4.2.2	Crime Organizado e o Direito Internacional Humanitário (DIH)	165
4.2.3	Crime Organizado e a Competência do Tribunal Penal Internacional.....	175
4.2.3.1	Generalidades.....	175
4.2.3.2	Crime organizado transnacional e crimes perpetrados em conflitos armados	180
4.2.3.3	Dos crimes cometidos dentro de um ambiente de conflito armado não internacional	182
4.2.3.4	Dos crimes contra a humanidade.....	183
4.3	CRIME ORGANIZADO E AS CRISES HUMANITÁRIAS	186
4.4	CORREDORES HUMANITÁRIOS E AS ZONAS DE PROTEÇÃO DE VÍTIMAS	189
5 –	CRIME ORGANIZADO E AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL.....	193
5.1	GENERALIDADES	193
5.2	AGRAVAMENTO DO CO – CAUSAS.....	196
5.2.1	Debilidade do Poder Estatal – Aumento do CO.....	197
5.2.2	Perda de Autoridade	199
5.2.3	Domínio de Estabelecimentos Penais	201
5.2.4	Domínio de Áreas Geográficas de Influências (AGI).....	205
5.2.5	Facilidade de Infiltração nos Poderes	207
5.2.6	Poder de Influenciar as Massas.....	210
5.2.7	Junção da Criminalidade Política com a Empresarial	212
5.3	FASES DE CONSOLIDAÇÃO DO CO NO BRASIL	213

5.4	PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NACIONAIS	215
5.4.1	Introdução	215
5.4.2	Armamentos (e Munições) Mais Utilizados pelas Facções	218
5.4.3	Fusões – Acordos Celebrados entre Organizações Criminosas	221
5.4.4	Principais Estruturas Criminosas Organizadas	221
5.4.4.1	Primeiro Comando da Capital – PCC	221
5.4.4.2	Comando Vermelho – CV	226
5.4.4.3	Amigos dos Amigos – ADA	229
5.4.4.4	Família do Norte – FDN	232
6 –	CRIME ORGANIZADO: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA; ABORDAGEM PELO VIÉS CONSTITUCIONAL E ENFOQUE NAS LEGISLAÇÕES ESPARSAS	235
6.1	GENERALIDADES	235
6.2	EVOLUÇÃO LEGISLATIVA	236
6.2.1	Influência da Legislação Portuguesa – Colônia e Império	236
6.2.2	Da Proclamação da Independência até o Advento do Primeiro Có- digo Penal (1830)	237
6.2.3	Da Proclamação da República e o Segundo Código Criminal (1890)	239
6.2.4	Da Consolidação das Leis Penais de 1932 até o Advento do Códi- go de 1940	240
6.2.5	O Golpe de Estado de Getúlio Vargas e o Código Penal de 1940	241
6.2.6	Das Alterações no Código Penal de 1940 até a Publicação da 1ª Lei de Organizações Criminosas (Lei 9.034/1995)	244
6.2.6.1	Na Lei 2.886, de 1º.10.1956	245
6.2.6.2	No Dec.-lei 1.001, de 21.10.1969	245
6.2.6.3	Na Lei 6.016, de 31.12.1973	246
6.2.6.4	Na Lei 6.368, de 21.10.1976	246
6.2.6.5	Na Lei 7.170, de 14.12.1983	247
6.2.6.6	Na Lei 7.960, de 21.12.1989	247
6.2.6.7	Na Lei 8.072, de 25.07.1990	248
6.2.7	Na Vigência da 1ª Lei de Organizações Criminosas até o Advento da Lei 12.850, de 2013	250
6.2.7.1	Advento da Lei 9.034, de 1995 (1ª Lei OC)	250
6.2.7.2	Na Lei 9.303, de 05.09.1996	251
6.2.7.3	Na Lei 10.217, de 11.04.2001	251
6.2.7.4	Na Lei 11.343, de 23.08.2006	252
6.2.8	Na Vigência da Lei 12.850/2013 até os Dias Atuais	252
6.2.8.1	Advento da Lei 12.850/2013	252
6.2.8.2	Do advento da Lei 13.097, de 19.01.2015	253
6.2.8.3	Do advento da Lei 13.260, de 16.03.2016	253
6.3	CRIME ORGANIZADO E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NA CONS- TITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	254
6.3.1	Generalidades	254
6.3.2	Da Soberania (Art. 1º, I)	256

6.3.3	Da Erradicação da Marginalização (Art. 3º, III)	259
6.3.4	Do Princípio da Legalidade Penal na Constituição Federal (Art. 5º, XXXIX).....	261
6.3.5	Da Inafiançabilidade e Imprescritibilidade das Ações Cometidas por Grupos Armados, Cíveis ou Militares, contra a Ordem Constitucional e o Estado Democrático (Art. 5º, XLIV).....	263
6.3.6	Do Cumprimento das Penas em Estabelecimentos Penais Distintos, de Acordo com a Natureza do Delito, a Idade e o Sexo do Apenado (Art. 5º, XLVIII)	265
6.3.7	Da Competência Jurisdicional para Instauração do Processo e Condenação do Acusado (Art. 5º, LIII)	267
6.3.8	Da Impossibilidade da Privação de Bens do Acusado sem a Existência de um Processo Legal (Art. 5º, LIV).....	268
6.3.9	Inadmissibilidade da Obtenção de Provas por Meios Ilícitos (Art. 5º, LVI).....	270
6.3.10	Hipótese de Intervenção Federal da União nos Estados e no Distrito Federal para pôr Termo a Grave Perturbação de Ordem Pública (Art. 34, III)	273
6.3.11	Da Competência da Justiça Federal (Art. 109)	277
6.3.11.1	Generalidades.....	277
6.3.11.2	Das infrações praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, suas autarquias ou empresas públicas – inc. IV	279
6.3.11.3	Dos crimes previstos em tratados ou convenções internacionais, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente – inc. V.....	280
6.3.11.4	As causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo – inc. V-A e § 5º do art. 109	281
6.3.11.5	Dos crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar – inc. IX.....	283
6.3.12	Hipótese de Decretação de Estado de Defesa Visando Restabelecer a Ordem Pública ou a Paz Social Ameaçadas por Grave e Iminente Instabilidade Institucional (Art. 136 <i>Caput</i> e seus Parágrafos)	287
6.3.13	Das Atribuições do Departamento de Polícia Federal na Constituição da República de 1988 (Art. 144, I e seu § 1º).....	292
6.4	CRIME ORGANIZADO (CO) E AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (OC) NAS LEGISLAÇÕES INFRACONSTITUCIONAIS	295
6.4.1	Generalidades	295
6.4.2	Na Lei Complementar 97, de 09.06.1999.....	296
6.4.2.1	A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)	298
6.4.2.2	Das atribuições gerais das Forças Armadas e, em especial, do Comando da Aeronáutica e do Comando do Exército	299
6.4.3	Na Lei Complementar 105, de 10.01.2001	302

6.4.4	Lei de Execuções Penais (LEP) – Lei 7.210, de 11.07.1984.....	303
6.4.5	Na Lei Antiterror – Lei 13.260, de 16.03.2016.....	306
6.4.6	No Código de Processo Penal – Dec.-Lei 3.689, de 03.10.1941	307
6.4.7	No Código Penal – Dec.-Lei 2.848, de 07.12.1940.....	309
6.4.8	Na Lei de Segurança Nacional – Lei 7.170, de 14.12.1983	313
6.4.9	No Código Civil – Lei 10.406, de 10.01.2002	315
6.4.9.1	Da responsabilidade civil da polícia penitenciária.....	315
6.4.9.2	Da responsabilidade do Estado nos acordos de leniência e nas delações premiadas	317
6.4.10	Na Lei de Tóxicos – Lei 11.343, de 23.08.2006	319
6.4.11	Na Lei de Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613, de 03.03.1998.....	321
6.4.12	No Código Penal Militar – Dec.-Lei 1.001, de 21.10.1969.....	325
6.4.13	Na Lei 11.530, de 24.10.2007 – PRONASCI	326
6.4.14	Na Lei 10.446, de 08.05.2002 – Infrações Penais de Repercussão Interestadual ou Internacional que Exigem Repressão Uniforme pela Polícia Federal.....	327
6.4.15	Na Lei 12.694, de 24.07.2012 – Dispôs sobre o Processo e o Julgamento Colegiado em Primeiro Grau de Jurisdição de Crimes Praticados por Organizações Criminosas	330
6.4.16	Na Lei de Identificação Criminal – Lei 12.037, de 01.10.2009	332
6.4.17	Na Lei de Ação Civil Pública – Lei 7.347, de 24.07.1985	334

7 – CRIME ORGANIZADO E SUAS LIGAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIAS ESPECIALIZADAS 337

7.1	GENERALIDADES.....	337
7.2	CRIME ORGANIZADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	339
7.3	CRIME ORGANIZADO E OS “BLACK SPOTS”	344
7.4	CRIME ORGANIZADO E OS ATAQUES CIBERNÉTICOS.....	345
7.5	CRIME ORGANIZADO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	347
7.6	CRIME ORGANIZADO, O JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO	351
7.7	CRIME ORGANIZADO E O TERRORISMO	353
7.8	CRIME ORGANIZADO E O NARCOTRÁFICO.....	354
7.9	CRIME ORGANIZADO E O MEIO AMBIENTE	357
7.10	CRIME ORGANIZADO E A LAVAGEM DE CAPITAIS	359
7.11	CRIME ORGANIZADO E AS NOVAS MILÍCIAS	361
7.12	CRIME ORGANIZADO E BENS CULTURAIS	362

8 – CRIME ORGANIZADO: ESTRUTURAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS NO SEU ENFRENTAMENTO, OPERAÇÕES CIVIS E MILITARES 365

8.1	GENERALIDADES.....	365
8.2	ESTRUTURAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS NO SEU ENFRENTAMENTO	368
8.2.1	Ministério da Justiça e da Segurança Pública	368
8.2.1.1	Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).....	368
8.2.1.2	Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).....	369

8.2.1.2.1	Do Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP	370
8.2.1.2.2	Da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP	372
8.2.1.3	Da Secretaria Nacional de Drogas (SENAD).....	373
8.2.1.4	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).....	375
8.2.1.5	Departamento de Polícia Federal (DPF).....	378
8.2.1.5.1	Da Coordenação do Comando de Operações Táticas – CCOT	378
8.2.1.5.2	Do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos – SRCC	379
8.2.1.5.3	Força Integrada de Combate ao Crime Organizado – FICCO.....	380
8.2.1.5.4	Diretoria de Investigações e de Combate ao Crime Organizado – DICOR	382
8.2.1.5.5	Diretoria de Inteligência Policial – DIP	385
8.2.1.5.6	Serviço de Cooperação Internacional – INTERPOL.....	386
8.2.1.5.7	Outras estruturas especializadas	387
8.2.1.6	Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF).....	387
8.2.1.7	Convênios regionais com organizações policiais internacionais	389
8.2.2	No Âmbito da Atividade de Inteligência	390
8.2.2.1	Inteligência no âmbito da Administração Pública federal (União).....	392
8.2.2.1.1	Agência Brasileira de Inteligência – ABIN	392
8.2.2.1.2	No âmbito do Ministério da Justiça – Polícia Federal	395
8.2.2.1.3	Inteligência nas Forças Armadas – Ministério da Defesa	397
8.2.2.2	Inteligência no âmbito das unidades federativas	399
8.2.2.3	Inteligência no âmbito do Poder Judiciário	400
8.2.2.4	Inteligência no Ministério Público	402
8.2.3	Ministério das Relações Exteriores e o Combate ao Crime Organizado	404
8.2.4	Poder Judiciário – Órgãos Especializados no Julgamento de OC	405
8.2.4.1	No âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	405
8.2.4.2	No âmbito dos Tribunais Regionais Federais.....	405
8.2.5	Ministério Público x Crime Organizado	408
8.2.6	Combate ao CO no Âmbito do Ministério da Defesa	410
8.2.6.1	Operações convencionais	417
8.2.6.2	Operações especiais	420
8.2.6.2.1	Operações contrainsurgência	421
8.2.6.2.2	Operações contraterrorismo	424
8.2.6.2.3	Ações diretas (investidas diretas)	425

8.2.6.3	Operações interagências	426
8.2.6.4	Operações de defesa cibernética.....	428
8.2.7	Forças Públicas dos Estados e Distrito Federal Aptas ao Enfren- tamento ao Crime Organizado	430
8.2.7.1	No âmbito das polícias militares	430
8.2.7.2	No âmbito das polícias civis.....	434
8.2.8	Forças Municipais.....	436
8.3	SEGURANÇA PRIVADA & CO	437
9 –	COMENTÁRIOS À LEI 12.850, DE 02.08.2013.....	441
9.1	GENERALIDADES.....	441
9.2	DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (OC) – (CAP. I – DA ORGANI- ZAÇÃO CRIMINOSA – ARTS. 1º E 2º).....	443
9.2.1	Evolução Legislativa da OC no Direito Penal Brasileiro	444
9.2.2	Da Definição de Organização Criminosa (OC).....	446
9.2.3	Extensão Legal – Abrangência de Aplicação.....	448
9.2.4	Do Crime de Organização Criminosa e da Culpabilidade	452
9.2.4.1	Do crime de OC.....	452
9.2.4.2	Da culpabilidade e as OC	455
9.3	DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVAS E DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS (ART. 3º).....	456
9.3.1	Da Investigação e dos Meios de Obtenção de Provas	456
9.3.2	Dos Procedimentos Licitatórios Pertinentes.....	460
9.4	DA COLABORAÇÃO PREMIADA (ART. 4º).....	461
9.4.1	Disposições Gerais.....	461
9.4.2	Da Previsão e Requisitos Legais.....	462
9.4.3	Das Especificidades Legais (§ 1º ao § 16, Tudo do Art. 4º).....	465
9.4.4	Dos Direitos do Colaborador e do Acordo Propriamente Dito (Arts. 5º ao 7º).....	473
9.4.4.1	Dos direitos do colaborador (art. 5º).....	474
9.4.4.2	Do acordo propriamente dito (arts. 6º e 7º)	476
9.5	DA AÇÃO CONTROLADA (ARTS. 8º E 9º).....	477
9.5.1	Definição e Características (Art. 8º, <i>Caput</i>).....	478
9.5.2	Procedimento Legal (§§ 1º ao 4º).....	481
9.5.3	Ação Controlada na Região de Fronteiras (Art. 9º) e Característi- cas Especiais do Instituto	483
9.6	DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES (ART. 10).....	485
9.6.1	Da Definição e Características do Instituto (Art. 10, <i>Caput</i> e §§ 1º ao 5º).....	485
9.6.2	Do Procedimento de Habilitação (Arts. 11 e 12) e da Responsa- bilidade Penal do Agente Infiltrado (Art. 13).....	491
9.6.3	Dos Direitos e Prerrogativas do Agente (Art. 14) e Outras Carac- terísticas do Instituto	492
9.7	DO ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES (ARTS. 15 A 17)	495

9.8	DA QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO E DE MEIOS DE INFORMÁTICA/TELEMÁTICA	500
9.8.1	Generalidades	500
9.8.2	Hipóteses Legais de Ocorrência e Características do Instituto	501
9.8.3	Do Sigilo no Trâmite do Requerimento e Outros Elementos	503
9.9	DA CAPTAÇÃO DE SINAIS AMBIENTAIS	504
9.9.1	Generalidades	504
9.9.2	Da Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos	506
9.9.3	Da Captação Ambiental de Sinais Ópticos	507
9.9.4	Da Captação Ambiental de Sinais Acústicos	508
9.10	DA QUEBRA DO SIGILO FISCAL, FINANCEIRO E BANCÁRIO	509
9.10.1	Generalidades	509
9.10.2	Delitos que Justificam a Quebra do Sigilo Bancário (§ 4º, Art. 1º da LC 105/2001)	510
9.10.3	Da Quebra do Sigilo Fiscal (§§ 4º e 5º do Art. 5º e Art. 6º, Tudo da LC 105/2001 e Art. 198 do CTN)	511
9.10.4	Dos Órgãos com Atribuições de Controle e Fiscalização Financeiras Previstos na LC 105/2001	513
9.10.5	Do Sistema Especial de Investigação Financeira	515
9.10.5.1	Órgãos com estruturas internas e capacidades para o desenvolvimento da atividade de inteligência	516
9.10.5.2	Sistemas, procedimentos, <i>softwares</i> e acordos concebidos para o combate à lavagem de dinheiro e sonegação fiscal	518
9.11	DA COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS FEDERAIS, DISTRITAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA BUSCA POR PROVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA PERSECUÇÃO PENAL	520
9.11.1	Da Colaboração entre as Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública e as Guardas Municipais	520
9.11.2	Da Cooperação entre os Órgãos da Administração Pública e entre Eles e o Aparato de Segurança Pública e as Guardas Municipais	525
9.12	DOS CRIMES COMETIDOS NA OBTENÇÃO DOS MEIOS DE PROVA (ARTS. 18 A 21)	526
9.13	DISPOSIÇÕES (LEGAIS) FINAIS (ARTS. 22 A 27)	527
9.13.1	Do Procedimento (Rito Processual) e do Sigilo (Arts. 22 e 23)	528
9.13.2	Das Alterações Promovidas no Código Penal (Arts. 24 e 25)	532
9.13.3	Das Disposições Conclusivas (Arts. 26 e 27)	534
10	– CONCLUSÕES	535
	REFERÊNCIAS	543
	ÍNDICE REMISSIVO	557